



Pirataria no Golfo da Guiné - A Rede Inter-regional de Combate à Criminalidade Marítima no Golfo da Guiné (GOGIN), iniciou as suas atividades, em maio, através de um cofinanciamento da União Europeia e da Dinamarca. [Pag 2](#)

Eleições Legislativas no Senegal - Realizaram-se, a 30 de julho, eleições legislativas no Senegal que ficaram marcadas pela grande confusão e indecisão por parte dos eleitores, devido à existência de 47 listas de movimentos e partidos participantes para escolherem 165 deputados, número que aumentou dos anteriores 150 em virtude de uma recente reforma institucional. [Pag 2/3](#)

Compacto África - Sob a presidência alemã do G20, teve lugar, a 12 e 13 de junho, em Berlim uma Conferência dedicada à Parceria a África - G20. O evento foi organizado pelo Governo alemão, pelo Presidente da Guiné Conacri, atual Presidente da União Africana, Alpha Condé e pelo Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki. [Pag 3/4](#)

Relatório às Dívidas Ocultas em Moçambique - Em finais de junho foi divulgado pela Procuradoria-Geral da República de Moçambique o relatório da auditoria independente, feito pela empresa Kroll, ao caso das dívidas ocultas que envolviam as empresas estatais EMATUM, MAM e PROINDI-CUS. [Pag 4/5](#)

Cimeira do G-5 Sahel - A Cimeira do G-5 Sahel, que engloba o Mali, Níger, Chade, Mauritânia e Burkina Faso, que teve lugar a 2 de julho em Bamako, Mali, serviu para definir os aspetos operacionais da criação de uma força de 5.000 soldados autorizada pela ONU, em finais de junho. [Pag 5/6](#)

XXIX Cimeira da UA - A XXIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, decorreu entre os dias 3 e 4 de julho em Adis Abeba, Etiópia. O financiamento, a reforma da organização e os conflitos que afetam o continente foram os principais temas desta Cimeira. [Pag 6/7](#)

Eleições Gerais no Quénia - As eleições gerais quenianas, realizadas a 8 de agosto, estiveram envolvidas em polémica mesmo antes da sua realização. Pouco antes da sua realização, a oposição ao Presidente Uhuru Kenyatta, reunida na Super Aliança Nacional, acusou o Presidente de estar a manipular a elaboração dos boletins eleitorais. Esta acusação surgiu na sequência da atribuição da impressão dos boletins de voto a uma empresa árabe, a Al Ghurair, com ligações a Kenyatta. [Pag 7/8](#)

Paul Kagamé eleito para novo Mandato - As eleições presidenciais no Ruanda, realizadas a 4 de agosto, deram a vitória ao atual Presidente Paul Kagamé com uma larga maioria, o que lhe permitirá iniciar o seu terceiro mandato à frente do país. [Pag 8/9](#)

Moção de Censura conta Jacob Zuma - No dia 8 de agosto o parlamento sul-africano votou a moção de censura que a oposição apresentou contra o Presidente Jacob Zuma. Em causa estavam as acusações de corrupção que pendiam contra o Presidente sul-africano. [Pag 9/10](#)

Eleições Gerais em Angola - A grande novidade das eleições gerais de 23 de agosto era o facto do principal partido, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) apresentar João Lourenço como candidato à presidência do país em substituição de José Eduardo dos Santos. [Pag 10/11](#)



Pirataria no Golfo da Guiné

Através de um cofinanciamento da União Europeia e da Dinamarca, iniciou as suas atividades, em maio, a Rede Inter-regional de Combate à Criminalidade Marítima no Golfo da Guiné (GOGIN).

O projeto será implementado pela agência Expertise France, a agência de cooperação técnica internacional francesa. Abrangerá uma área de 6.000 kms, onde nos últimos anos se tem registado o aumento de atividades em alto mar como a pirataria, raptos, roubo armado, tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, de madeiras, de armas e resíduos tóxicos bem como pesca ilegal e roubo de petróleo.

Este projeto conta com um orçamento de 9 milhões de € para um período de quatro anos, irá abranger 19 países africanos: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

O objetivo do GOGIN e o de auxiliar os países envolvidos no desenvolvimento de infraestruturas de planeamento, comunicação e tecnologias de informação aos níveis nacional, regional e inter-regional, com vista a conseguirem dar uma resposta mais eficaz e coordenada contra o fenómeno da pirataria marítima que tem aumentado também devido à descoordenação regional e à fraqueza dos países da região.

Esta Rede assume especial importância num momento em que os ataques a barcos na zona do Golfo da Guiné voltaram a aumentar. Os países da região, por si só, não têm capacidades para enfrentar esse tipo de ameaça que não só põe em causa as trocas marítimas, como também tem claras consequências negativas para as suas economias.

A criação da GOGIN veio dar resposta às decisões tomadas pelos países da região na Cimeira de Chefes de Estado dos países do Golfo da Guiné, realizada de Yaoundé, nos Camarões, em 2013, que se reuniu especificamente para debater o problema da pirataria marítima na região.

Eleições Legislativas no Senegal

Realizaram-se, a 30 de julho, eleições legislativas no Senegal que ficaram marcadas pela existência de 47 listas de movimentos e partidos participantes para escolherem 165 deputados, número que aumentou dos anteriores 150 em virtude de uma recente reforma institucional. Este elevado número de candidaturas foi considerado um motivo de grande confusão e indecisão por parte dos eleitores.

Entre as listas concorrentes destacou-se o regresso do antigo Presidente do país, entre 2000 e 2012, Abdoulaye Wade, que aos 91 anos, liderou a lista da Coligação Vencedora Wattu Senegal. Wade pretendia fazer frente à Coligação de partidos que apoiam o atual Presidente, Macky Sall, e o governo do Primeiro-Ministro Mahamad Boun Abdallah Dionn.

Apesar de ter sido derrotado nas eleições presidenciais de 2012 por Macky Sall, e da sua idade avançada, Wade não desistiu da vida política e decidiu manter-se à frente do Partido Democrático Senegalês (PSD), aparentemente até que o seu filho Karim pudesse assumir a presidência.

A prisão de Karim Wade em 2013, acusado de corrupção, e sua posterior condenação a seis anos de reclusão em 2015 impediram-no de assumir esta liderança. Karim Wade acabaria por ser libertado ao abrigo de um indulto presidencial em 2016 e, desde então, vive no Qatar.

Para além de Macky Sall e Abdoulaye Wade estas eleições tinham uma terceira figura importante que era o Presidente da Câmara Municipal de Dakar, Khalifa Sall. Apesar de ter um considerável apoio, Khalifa Sall encontrava-se preso desde março passado sob a acusação de desvio de fundos. Para os seus apoiantes, esta acusação era falsa e apenas pretendia dificultar a campanha de Khalifa Sall e diminuir as suas hipóteses de vitória.

Apesar da participação ter aumentado ligeiramente em relação às últimas legislativas, só cerca de 54% dos 6 milhões de eleitores senegaleses terão votado nestas eleições. As legislativas eram vistas como um teste para o atual chefe de Estado Macky Sall, o qual tem claras aspirações a um novo mandato presidencial em 2019.

O processo de votação foi bastante lento devido às más condições climáticas e ao atraso na chegada dos boletins de votos a várias zonas do país, o que levou a que vários partidos se tenham queixado



■ Luís Castelo Branco

de má gestão por parte das autoridades eleitorais, cenário que, segundo estes, só favorecia a coligação governamental.

Os resultados finais deram a vitória à coligação no poder, Benno Bokk Yaakaar, que junta a Aliança para a República do Presidente Sall, o Partido Socialista de Ousmane Tanor Dieng e a Aliança das Forças do Progresso de Moustapha Niasse, que obteve 125 dos 165 lugares em disputa, com 53% dos votos. Em segundo lugar ficou a coligação de Wade com 19 lugares, que correspondeu a 16% dos votos. Em terceiro ficou a coligação de Khalifa Sall, Manko Taxawu Senegal com sete lugares correspondendo a 11,7% dos votos.

A grande novidade destas eleições foi o resultado do Partido da Unidade e da Coligação Nacional, liderado por El Hadj Issa Sall, que obteve 3 deputados. Este partido está conotado com ideais declaradamente islâmicos, realidade que é uma novidade no panorama político senegalês.



Compacto África

Sob a presidência alemã do G20, teve lugar, a 12 e 13 de junho, em Berlim uma Conferência dedicada à Parceria a África – G20. O evento foi organizado pelo Governo alemão, pelo Presidente da Guiné Conacri, atual Presidente da União Africana, Alpha Condé e pelo Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki.

O principal objetivo desta Conferência foi o de encontrar melhores condições de investimento público e privado em África. Para tal foram analisadas as condições relacionadas com a economia digital, o clima, o desenvolvimento sustentável e as condições de segurança nos países africanos.

Todas estas questões são essências para desenvolver o programa Compacto África, o qual pretende ser um apoio adicional à ajuda pública ao desenvolvimento, apostando na criação de condições para o desenvolvimento do setor privado, apostando na melhoria das infraestruturas, considerada essencial por todos para promover o desenvolvimento. Por outro lado, este Programa visa fomentar a criação de emprego para os mais jovens, de modo a travar as ondas de migração que se têm dirigido para a Europa.

Este Programa, também conhecido como Plano Merkel para África, foi apresentado em março passado, e pretendeu ser uma resposta às necessidades identificadas pelos africanos como obstáculos ao seu desenvolvimento.

O Compacto África conta com o apoio do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Para que possam integrar este Programa, os países africanos têm de implementar planos de reformas em várias áreas com vista a promover o crescimento económico sustentável. Por este motivo, países instáveis ou nos quais existe um índice elevado de corrupção não são elegíveis. Para já, mostraram-se interessados em integrar o Programa os seguintes países: Costa do Marfim, Ruanda, Marrocos, Senegal e a Tunísia.

As questões relacionadas com a segurança e as perspectivas dos jovens assumiram especial importância nesta Conferência, que pretendeu dar um contributo importante para a preparação da próxima Cimeira UE-África que terá lugar em novembro em Abidjan.



O Compacto África foi bem-recebido pelos representantes africanos, que viram neste programa uma aposta do G-20 não só no desenvolvimento, mas também no investimento, essencial para o reforço das economias africanas.

No âmbito desta Conferência, o governo alemão anunciou a criação de um pacote financeiro de 300 milhões de € destinados a programas de formação e criação de emprego em países como a Costa do Marfim, Gana e Tunísia.



Relatório às Dívidas Ocultas em Moçambique

Em finais de junho foi divulgado pela Procuradoria-Geral da República de Moçambique o relatório da auditoria independente, feito pela empresa Kroll, ao caso das dívidas ocultas que envolviam as empresas estatais EMATUM, MAM e PROINDICUS.

Este caso diz respeito à descoberta da existência de dívidas no valor de cerca de 2 mil milhões de USD contraídas pelas três empresas entre 2013 e 2014. O valor em causa dizia respeito a 850 milhões de USD da EMATUM, 622 milhões de USD da PROINDICUS e 535 milhões de USD da MAM, valores aos quais se juntou a emissão de dívida pública feita no ano anterior, no valor de 726 milhões de USD.

Esta emissão de dívida pública resulta de uma troca proposta pelo Governo das obrigações corporativas emitidas pela EMATUM em 2013, já com garantia do Estado, por títulos de dívida soberana, com juros anuais mais elevados e uma maturidade mais alargada.

Estas dívidas terão sido contraídas, com garantia do Estado moçambicano, durante a presidência de Armando Guebuza, sem o conhecimento do parlamento, nem dos parceiros internacionais. O caso foi conhecido em abril de 2016 e teve graves consequências para a imagem do país.

A situação tornou-se ainda mais preocupante porque tudo isto se passou num momento em que Moçambique já atravessava sérias dificuldades financeiras. As projeções feitas relativamente aos ganhos do Estado moçambicano com a exploração do gás natural, não se concretizaram, embora o potencial exista, pelo que o país atravessa uma séria crise financeira.

O conhecimento destas dívidas levou a que os parceiros internacionais envolvidos no apoio ao orçamento de Moçambique, nos quais também se inclui Portugal, suspendessem as suas contribuições até que fosse apurado o destino destas verbas. Esta situação veio complicar, ainda mais, a já débil situação das finanças moçambicanas que se viram privadas de cerca de 500 milhões de euros.

O que a auditoria veio revelar foi que as dívidas contraídas serviram, aparentemente, para negócios relacionados com a frota de pesca, equipamento de defesa costeira e reparação naval. O problema surgiu com o facto de terem sido cobradas comissões muito altas e porque as verbas despendidas não corresponderem aos bens adquiridos. Paralelamente, a gestão das empresas em causa foi considerada ruínosa.



Cimeira do G -5 Sahel

A auditoria não conseguiu definir o destino da totalidade das verbas, afirmando que as autoridades moçambicanas, alegando questões de soberania nacional, não terão facultado toda a informação pedida. Foi o caso de grande parte dos gastos da EMATUM, os quais foram incorporados no orçamento do Ministério da Defesa em 2014, altura em que o Ministro era o atual Presidente da República, Filipe Nyusi

A apresentação desta auditoria era considerada um passo essencial para o restabelecimento da confiança internacional no governo moçambicano. No entanto, vários parceiros internacionais, como por exemplo o Fundo Monetário Internacional (FMI) consideraram que as explicações dadas eram ainda insuficientes.

As relações entre Moçambique e o FMI têm atravessado momentos de alguma tensão. Em 2015, quando ficou conhecida a dívida da EMATUM, o FMI terá sido informado pelo governo Moçambicano que este era um caso único, o que na prática acabou por não ser verdade com o conhecimento das dívidas relativas à MAM e à PROINDICUS.

O elevado grau de envolvimento de destacadas figuras moçambicanas neste caso torna a questão muito sensível.

Ao divulgar as conclusões do relatório, a Procuradoria-Geral da República não mencionou o nome das pessoas que eventualmente terão estado envolvidas, quer na autorização destas dívidas, quer na sua ocultação. Apenas são apresentados códigos que ocultam os nomes dos envolvidos. Esta situação fez com que houvesse uma forte pressão da sociedade civil moçambicana para que esses nomes fossem divulgados a fim de promover a transparência em todo o processo de averiguações.

Apesar dos dados revelados por esta auditoria da Kroll, várias foram as vozes, da sociedade civil moçambicana, dos partidos da oposição e de setores da própria FRELIMO, que exigiram mais esclarecimentos quer em relação ao destino das verbas, quer em relação a quem esteve envolvido nas autorizações.

Apesar da divulgação dos resultados ter sido encarada com um passo na direção certa por parte das autoridades moçambicanas, para muitos dos parceiros internacionais de Moçambique tal ainda não é suficiente para que tudo volte à normalidade. Vários parceiros internacionais, como o Japão e o Banco Mundial consideraram que ainda são necessários mais esclarecimentos, sobretudo sobre o destino das verbas, para que se possam retomar os apoios a Moçambique.

A Cimeira do G-5 Sahel, que engloba o Mali, Níger, Chade, Mauritânia e Burkina Faso, que teve lugar a 2 de julho em Bamako, Mali, serviu para definir os aspetos operacionais da criação de uma força de 5.000 soldados autorizada pela ONU, em finais de junho.

Esta força, que será constituída por elementos destes cinco países, terá como objetivo central o combate aos grupos armados jihadistas que atuam na zona do Sahel e que põem em causa os governos destes países.

A criação do G5 permitirá aos cinco países trabalharem de forma conjunta no controlo das suas fronteiras. Este esforço conjunto facilitará a elaboração de um novo conceito de segurança, no qual as forças de segurança destes países trabalharão juntos contra o terrorismo.

A criação desta força no âmbito da ONU contou com o forte apoio francês. O Presidente francês, Emmanuel Macron foi convidado a participar nesta Cimeira e demonstrou, desde o primeiro momento com a sua visita ao contingente militar francês estacionado na cidade maliana de Gao, o seu forte empenho em continuar a luta contra o terrorismo.

A França já tem um contingente militar de cerca de 4 mil homens na região ao abrigo da Operação Barkhane, e tem sido um forte apoiante do governo do Mali no combate aos movimentos extremistas. Também no âmbito da União Europeia há uma clara preocupação com esta região que está muito perto da Europa.

A principal preocupação prende-se com o facto de não haver segurança sem desenvolvimento e não haver desenvolvimento sem segurança, pelo que a intervenção da UE terá que dar resposta a este dilema.

Neste sentido, a UE, para além do apoio que já concede aos países da região, e que ronda os 3,5 mil milhões de €, decidiu criar um fundo fiduciário de 1,8 mil milhões para as enfrentar as causas profundas da migração, nomeadamente, a segurança, o controlo e a gestão de fronteiras. Este Fundo irá permitir que a UE apoie uma estrutura de segurança regional e até criar escolas comuns de segurança.

Paralelamente, na região também se encontram as forças da Missão das Nações Unidas para o Mali (MINUSMA). Esta missão da ONU foi



criada em 2014 com o objetivo de apoiar o governo do Mali na fase de estabilização interna depois do conflito de 2012 em que movimentos radicais quase derrubaram o governo. A MINUSMA conta com uma força de cerca de 15 mil efetivos.

Apesar destes contingentes militares, a situação da região tem vindo a degradar-se devido a um conjunto de situações.

Não é só a ameaça dos grupos jihadistas que explica a atual situação de tensão na região. A degradação ambiental em zonas já por si muito débeis reforça a carência de alternativas para as populações, provocando não só maior adesão aos movimentos radicais, como também engrossando o volume de imigrantes que tentam alcançar a Europa.

A vulnerabilidade das populações locais aumenta os fenómenos de pobreza extrema, fome e tráfico de seres humanos promovidos por redes de exploração que, muitas vezes, têm conotações com os movimentos extremistas.

De acordo com dados da União Europeia, 10 milhões de pessoas, entre as quais 1,4 milhões de crianças, dependem totalmente da ajuda internacional para a sua sobrevivência nesta região de África. A falta de soluções concretas contra a seca e o desemprego que atinge a região, só fará com que este número aumente.

Face a todo este contexto, a solução que se pretende implementar passa, não só pela componente militar, mas também pela promoção de alternativas ao desenvolvimento que garantam o sustento das populações de modo a que diminua o fluxo migratório e a adesão aos movimentos radicais.



XXIX Cimeira da UA

A XXIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, decorreu entre os dias 3 e 4 de julho em Adis Abeba, Etiópia. O financiamento, a reforma da organização e os conflitos que afetam o continente foram os principais temas desta Cimeira.

Em julho de 2016, durante a XXVII^a Cimeira da União Africana, os Estados-membros da UA mandataram o Presidente Paul Kagamé do Ruanda para liderar um grupo de trabalho destinado a apresentar propostas de reformas da organização pan-africana.

Estas reformas visavam a transformação da União Africana numa instituição mais eficaz e autossuficiente até 2018.

Uma das principais preocupações era a de diminuir a dependência financeira externa da UA, elemento que condiciona a atuação da organização, o que implicaria, necessariamente, o aumento das contribuições dos Estados africanos para o orçamento da organização. Em 2017 a UA prevê gastos na ordem dos 780 MUSD, mais 350 MUSD do que no ano anterior. Face às suas limitações financeiras, 60% deste valor terá que vir de doadores bilaterais e multilaterais.

O grupo de trabalho liderado por Kagamé foi composto por cinco homens e quatro mulheres, com experiência comprovada nas mais diversas áreas e sectores público e privado dos seus países.

Fizeram parte deste grupo o guineense Carlos Lopes, ex-secretário executivo das Nações Unidas; Donald Kaberuka, ex-presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e atual Ministro das Finanças do Ruanda; Strive Masiyiwa, empresário zimbabueano residente em Londres; Tito Mboweni, ex-governador do Reserve Bank da África do Sul; Amina J. Mohammed, Ministra do Meio Ambiente da Nigéria; Mariam Mahamat Nour, Ministra da Economia, Planeamento e Cooperação Internacional do Chade e Vera Songwe, diretora Regional para a África Ocidental e Central da International Finance Corporation e Cristina Fontes, antiga Ministra das Finanças de Cabo Verde.

A este grupo foi dado um prazo de seis meses para que apresentassem as suas propostas, o que fizeram em janeiro de 2017. As reformas propostas foram aceites por todos os Chefes de Estado e de Governo africanos e visavam uma concentração da atuação da organização em áreas consideradas prioritárias. Um realinhamento das instituições da UA de forma a cumprir as suas prioridades e garantir



Eleições Gerais no Quênia

que as estruturas, organismos e agências técnicas especializadas da Comissão da União se concentrem nas prioridades acordadas.

A questão do financiamento é que foi o assunto mais delicado, causando uma divisão dentro dos países-membros. Vários estados, como Angola, não são favoráveis à criação de uma taxa de 0,2% sobre os produtos importados em África. Outros importantes estados como a Nigéria, o Egito e a África do Sul também se recusaram a aceitar esta proposta.

Muitos outros Estados já pagam impostos semelhantes a organizações regionais das quais fazem parte, como é o caso da Comunidade Económica de Países da África Ocidental (CEDEAO). Além disso, também não houve consenso sobre os produtos sobre os quais a taxa seria aplicada.

Países insulares, como Cabo Verde, também chamaram a atenção que esta taxa deveria ter em consideração a realidade dos países africanos insulares, os quais, devido às suas especificidades geográficas, têm maior volume de transações comerciais com países fora de África.

Para além da questão da reforma, esta Cimeira da UA também debateu o conflito entre a Eritreia e Djibuti. O conflito entre os dois países surgiu em 2008, quando Djibuti acusou a Eritreia de entrar no seu território e ocupar a zona de Ras Doumeira. O governo eritreu afirmou que tinha provas históricas de que esta zona lhe pertencia.

Depois de alguns confrontos, ambos os países concordaram em submeter a questão ao Qatar para a mediação, uma medida que recebeu elogios da União Africana. Para evitar novos conflitos, o Qatar deslocou para a região uma missão militar que serviu, até junho de 2017, como força de estabilização.

Para tentar apoiar uma solução pacífica do diferendo, a UA decidiu enviar uma missão aos dois países. O objetivo é relançar o diálogo tendo em vista solucionar o conflito territorial que opõe os dois países, que se agravou desde a retirada das tropas do Qatar da zona tampão.

A decisão do Qatar teve a ver com o ultimato que a Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos e Bahrein lhe fizeram na sequência do corte de relações diplomáticas e ligações por mar, ar ou terra com este país devido às suas alegadas ligações ao terrorismo.

As eleições gerais quenianas, realizadas a 8 de agosto, estiveram envolvidas em polémica mesmo antes da sua realização. Pouco antes da sua realização, a oposição ao Presidente Uhuru Kenyatta, reunida na Super Aliança Nacional, acusou o Presidente de estar a manipular a elaboração dos boletins eleitorais. Esta acusação surgiu na sequência da atribuição da impressão dos boletins de voto a uma empresa árabe, a Al Ghurair, com ligações a Kenyatta.

Depois de grande contestação, a justiça queniana acabou por dar razão, em parte, à oposição. Na sequência desta decisão, a empresa Al Ghurair viu cancelada a encomenda para a elaboração dos boletins para as eleições presidenciais, embora continuasse a ser responsável pela elaboração dos boletins para as eleições legislativas e municipais que decorreram no mesmo dia.

O principal movimento da oposição era a Super Aliança Nacional, liderada por Raila Odinga, o qual se candidatou, mais uma vez, às eleições presidenciais. Nas eleições presidenciais de 2013, Kenyatta e Odinga enfrentaram-se com o primeiro a vencer num processo que foi muito contestado pelos apoiantes de Raila Odinga.

Para além da questão da impressão dos boletins de voto, uma outra polémica levantada pela oposição teve a ver com o elevado número de eleitores já falecidos e que ainda constavam dos cadernos eleitorais. Esta situação poderia, segundo a oposição, beneficiar a candidatura de Kenyatta com os seus apoiantes a utilizarem os cartões destes eleitores para votarem mais do que uma vez.

Apesar dos programas políticos, as eleições quenianas têm sido sempre marcadas pelo fator étnico. Acima de tudo, na hora de votar, os eleitores têm em consideração a etnia dos candidatos. Os maiores grupos étnicos do país são, os Kikuyu, os Luhya, os Kalenjin e os Luo. Kenyatta é da etnia Kikuyu e o seu vice-presidente, William Ruto, da etnia Kalenjin, o que lhes permite contar, à partida, com o forte apoio destes dois grupos étnicos. Já o líder da oposição, Raila Odinga, é da etnia Luo.

Em eleições passadas, o confronto entre grupos étnicos rivais foi uma constante, quer durante o período pré-eleitoral, que após a divulgação dos resultados. O caso mais extremo registou-se em 2007 quando surgiram dúvidas sobre a vitória de Mwai Kibaki sobre Raila Odinga. Tais dúvidas fizeram despoletar uma onda de violência que provocou mais de mil mortos.



Os resultados destas eleições foram conhecidos num ambiente de grande tensão o que fez prever a ocorrência de conflitos entre os apoiantes dos dois principais candidatos.

Reconhecidas pelas missões de observação eleitoral internacionais, nomeadamente da União Africana, da União Europeia e da Commonwealth como tendo decorrido de uma forma correta, as eleições deram a vitória, logo à primeira volta, a Kenyatta que venceu com 55% dos votos contra os 41% obtidos por Odinga. Este resultado repete o sucedido nas últimas eleições presidenciais.

Após terem sido conhecidos estes resultados, os apoiantes de Raila Odinga denunciaram a existência de fraudes eleitorais que terão favorecido Kenyatta. As críticas baseavam-se no facto de existirem indícios de que o sistema informático da Comissão Nacional de Eleições teria sido violado, o que permitiu alterar os resultados em várias zonas do país. Imediatamente o país se viu confrontado com o registo de confrontos que provocaram alguns mortos.



Paul Kagamé eleito para Novo Mandato

As eleições presidenciais no Ruanda, realizadas a 4 de agosto, deram a vitória ao atual Presidente Paul Kagamé com uma larga maioria, o que lhe permitirá iniciar o seu terceiro mandato à frente do país.

À partida, devido às limitações constitucionais, Kagamé não poderia ter sido candidato. Porém, uma alteração constitucional realizada em 2015, aprovada por 98% dos ruandeses, e confirmada pelo parlamento de Kigali, abriu a porta a esta possibilidade. Mais tarde a alteração foi aprovada pelo Senado e por um referendo popular.

Teoricamente Kagamé pode agora ficar no poder até 2034. Há quem veja nesta decisão uma forte possibilidade do Presidente ruandês se querer perpetuar no poder.

Na corrida presidencial, para além de Kagamé, apresentaram-se mais dois candidatos, Frank Habineza, líder do Partido Verde Democrático do Ruanda e Philippe Mpayimana, um ex-jornalista independente. Mas nenhuma candidatura tinha qualquer hipótese perante Kagamé.

A boa imagem do Presidente junto da população, devido à recuperação económica do país, e da comunidade internacional, em que é visto como um dos líderes regionais africanos mais importantes, tornava-o um vencedor logo à partida.

Esta perceção fez com que a campanha eleitoral quase passasse despercebida devido à falta de eventos públicos e à pouca atenção que a opinião pública deu às mensagens dos vários candidatos. Vários eventos de campanha de Mpayimana ficaram marcados pela fraca assistência devido à crença generalizada entre os ruandeses de que as eleições estavam ganhas à partida por Kagamé. Esta era uma situação semelhante às últimas presidenciais em que ganhou com 93% dos votos.

Por outro lado, o Estado ruandês está totalmente dominado pelo partido de Kagamé, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), o que lhe dava uma enorme vantagem na campanha eleitoral.

Apesar de ser criticado pela situação dos direitos humanos no Ruanda, muitos elogiam o trabalho desenvolvido por Kagamé. Na memória de muitos ruandeses, ainda está o papel que Kagamé e a sua FPR desempenharam no fim do genocídio no país, numa altura em



que ninguém conseguia parar as matanças de tutsis pelo hútu. O Presidente também tem sido elogiado pela recuperação económica do país, com taxas de crescimento atuais na ordem dos 6,8%, e pela estabilidade política.

Tal como previsto, Paul Kagamé venceu facilmente as eleições presidenciais com 98% dos votos, aumentando a votação em relação aos 93% que tinha obtido em 2010, o que lhe permitirá iniciar mais um mandato de sete anos. Kagamé, de 59 anos poderá ainda concorrer a mais dois mandatos e assim manter-se no poder até 2034.

Os dois adversários de Kagamé apenas obtiveram pouco mais 1% dos votos numa eleição em que, segundo a comissão eleitoral ruandesa, terão votado 97% dos 6,9 milhões de eleitores no país.

Tanto os apoiantes de Frank Habineza como os de Philippe Mpayimana, queixaram-se do ambiente adverso no qual decorreu a campanha eleitoral, o que provocou algum grau de intimidação por parte das autoridades policiais, o que terá tido consequências diretas no resultado eleitoral.



Moção de Censura contra Jacob Zuma

No dia 8 de agosto o parlamento sul-africano votou a moção de censura que a oposição apresentou contra o Presidente Jacob Zuma. Em causa estavam as acusações de corrupção que pendiam contra o Presidente sul-africano.

A moção foi apresentada pelos dois principais partidos da oposição, Aliança Democrática (DA) e dos Combatentes pela Liberdade Económica (EFF). Para que esta moção fosse provada era necessário que, pelo menos, 60 deputados do ANC votassem contra o seu Presidente. No Parlamento sul-africano o ANC detém 249 dos 400 lugares.

Mas, se há alguns meses atrás tal hipótese parecia totalmente impossível, os acontecimentos dentro do ANC tornaram tal possibilidade mais real. Foram crescendo dentro do partido maioritário as vozes que defendiam que Zuma deveria ser afastado o mais rapidamente possível para que o ANC pudesse preparar atempadamente um candidato que venha a vencer as eleições presidenciais de 2019.

Jacob Zuma e os seus apoiantes ainda tentaram apelar à união do partido durante a realização National Conference Policy (NCP) do ANC, que teve lugar entre 30 de junho e 5 de julho em Joanesburgo. Neste encontro foram bem visíveis as críticas ao Presidente por parte de vários setores do partido.

Este clima de criticismo dentro do ANC fez temer que vários deputados do partido optassem por quebrar a disciplina de voto e votassem a favor da moção de censura apresentada pela oposição. Numa tentativa de controlar eventuais deputados contrários a Zuma, a Presidente do Parlamento, Baleka Mbete, uma forte apoiante de Zuma, defendeu que a votação da moção fosse feita de modo aberto contra a posição defendida pela oposição que defendia o voto secreto.

A decisão sobre a modalidade de voto era essencial para o resultado final. Através do voto secreto, vários deputados do ANC estariam mais à vontade para votarem contra Zuma.

Apesar dos receios da oposição, Mbete optou pelo voto secreto com o argumento que uma vitória do Presidente iria reforçar a sua legitimidade e calar os críticos, tanto internos como externos ao ANC. Se mesmo com uma votação secreta, a moção de censura fosse rejeitada, a credibilidade do Presidente seria reforçada. Tal hipótese seria considerado um balão de oxigénio para Zuma e dar-lhe-ia força para avançar com uma série de medidas governativas controversas como



era a questão da possibilidade de retirar a terra aos agricultores brancos sem direito a indenizações.

A proposta de afastamento do Presidente foi rejeitada por 198 deputados contra 177 a favor e 9 abstenções. Apesar deste resultado ser uma vitória para Zuma que se mantém no poder, também a oposição festejou o resultado porque o voto secreto permitiu que 35 deputados do ANC tivessem votado contra o seu líder.

Apesar de derrotados, os partidos da oposição anunciaram não desistir. Nesse sentido, decidiram apoiar a iniciativa do EFF que anunciou, logo após terem sido conhecidos os resultados da moção, que iria dar entrada no Tribunal Constitucional um processo de impeachment contra Zuma.



Eleições Gerais em Angola

A grande novidade das eleições gerais de 23 de agosto era o facto do principal partido, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) apresentar João Lourenço como candidato à presidência do país em substituição de José Eduardo dos Santos.

Embora o processo de transição tenha sido feito gradualmente, as notícias sobre o estado de saúde do até agora Presidente de Angola, tornaram mais urgente esta transferência de poderes que se pretendia, acima de tudo, faseada para manter o poder do MPLA intacto.

Ao nível dos partidos concorrentes, poucas eram as novidades. Havia três partidos, MPLA, UNITA e CASA – CE que se apresentavam com claras hipóteses de eleger deputados e de continuarem a manter a hegemonia sobre o sistema político angolano. Estes três partidos deviam obter grande parte dos 220 lugares em disputa na Assembleia Nacional de Angola.

Numa segunda linha apareciam outros três partidos, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), o PRS (Partido de Renovação Social), e a APN (Aliança Patriótica Nacional) única nova formação política a concorrerem a estas eleições. Estes três movimentos políticos lutavam contra a sua extinção e pela eleição de, pelo menos, um deputado na nova Assembleia Nacional.

A APN tem como líder, Quintino Moreira, o qual já tinha sido deputado na legislatura de 2008 a 2012, pela Nova Democracia, uma coligação de partidos políticos que acabou por ser extinta pelo Tribunal Constitucional nas eleições passadas, por não ter atingido 0,5% dos votos.

Ao nível de meios financeiros disponíveis, experiência, organização em todo o território nacional, o MPLA destacava-se claramente em relação a todos os outros partidos. Esta enorme vantagem do MPLA já tinha sido bem visível em anteriores atos eleitorais e foi decisiva para as suas vitórias.

Esta experiência permitiu ao MPLA ter uma campanha eleitoral muito profissional que esteve presente em todo o país. A preocupação dos responsáveis deste partido era a de difundirem, o mais possível, a imagem do seu candidato, João Lourenço, de modo a que se tornasse conhecida em todo o território nacional. Depois de 38 anos de presidência de José Eduardo dos Santos, era necessário tornar conhecida a imagem do novo líder do partido.



Tanto para União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) como para a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA - CE), a imagem menos conhecida de João Lourenço era uma oportunidade a explorar com vista a aumentar o seu resultado eleitoral.

Paralelamente a crise económica deu bons argumentos à oposição para criticar o governo do MPLA. De facto, desde a descida do preço do petróleo, a situação económica em Angola tem vindo a deteriorar-se sem que as medidas adotadas pelo governo tenham tido resultados práticos na melhoria das condições de vida da população.

Apesar da crise económica, o facto de o MPLA apresentar um candidato presidencial diferente nestas eleições, era visto também como uma oportunidade para o partido se renovar e voltar a cativar novos eleitores. A imagem de João Lourenço, e o seu passado político, podiam ser armas importantes no reforço eleitoral do MPLA.

João Lourenço já desempenhou importantes cargos, quer no Estado quer dentro do partido. Foi governador provincial de Benguela e do Moxico, entre 1992 e 1997; secretário do Bureau Político do MPLA para a informação; deputado à Assembleia Nacional, tendo ocupado nessa altura a função de Presidente da bancada parlamentar do MPLA e, entre 1998 e 2003, desempenhou as funções de Secretário-geral do partido.

Quando desempenha o cargo de Secretário-geral do partido, deu a entender estar interessado em suceder a José Eduardo dos Santos. Esta pretensão valeu-lhe um longo período de afastamento da cúpula do Estado e do MPLA. Recuperado pelo próprio Eduardo dos Santos foi nomeado Ministro da Defesa e apostou numa imagem de seriedade e de combate à corrupção, mal que é considerado pela maioria da população como um dos principais problemas do país.

Ao nível dos principais partidos da oposição, a CASA - CE parecia estar mais bem posicionada do que a UNITA. A imagem do seu líder, Abel Chivukuvuku aliada às mensagens do partido, entram melhor junto da população que não se revia no MPLA, especialmente nos meios urbanos. Com boa capacidade oratória, Chivukuvuku obteve fortes apoios nos meios urbanos mais jovens e também junto de intelectuais críticos do MPLA.

Abel Chivukuvuku e a CASA-CE partiram para estas eleições com grandes perspectivas. Se a vitória não estava ao seu alcance, o grande objetivo era o de se tornarem a segunda força política do país ultrapassando a UNITA.

No caso do líder da UNITA, Isaías Samakuva, a sua imagem está demasiadamente ligada à UNITA do passado, não tendo conseguido renovar-se em termos de mensagem de modo a cativar, sobretudo, o eleitorado mais jovem. No entanto, Samakuva deverá conseguir manter os apoios tradicionais da UNITA que se revem nele e na UNITA histórica.

Samakuva foi eleito presidente da UNITA em 2003, após a morte de Savimbi em 2002. Em 2007, Samakuva foi reeleito numa disputa com o atual presidente da CASA-CE, Abel Chivukuvuku. Desentendimentos sobre o caminho que a UNITA deveria trilhar na oposição ao MPLA fizeram com que Chivukuvuku, e vários outros membros da UNITA, abandonassem o partido e criassem uma nova formação política.

Os três partidos mais pequenos tentam manter os seus pequenos pontos de apoio com vista a não desaparecerem, mas enfrentam sérias dificuldades, não só externas devido aos escassos meios para levarem a cabo uma campanha eleitoral a nível nacional, mas também internos onde os desentendimentos são frequentes. Este é o caso particular da FNLA que apesar de ser um dos três partidos históricos de Angola, continua a enfrentar o problema da divisão entre a ala de Lucas Ngonda e a ala de Ngola Kabango.





OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.portugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05